



ATA 002/2016

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DO EDITAL DE LICITAÇÃO SOBRE O TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS DO MUNICÍPIO DO RIO GRANDE/RS

Aos dias 20 de julho, às 19 horas 23 minutos, no Centro de Convivência Meninos do Mar - CCMAR, o senhor Paulo Rodrigues cumprimenta a todos os presentes e solicita que os mesmos se acomodem para que se possa dar início a Audiência Sobre a Licitação do Transporte Público de Passageiros do Município de Rio Grande. Chama para compor a mesa o Prefeito Alexandre Lindenmeyer, o Secretário de Mobilidade Urbana Daniel Silva, o Chefe de Gabinete de Compras e Licitações Ademir Casartelli e Mauri Cruz Consultor do Instituto IDHES, autoridades responsáveis pela elaboração do processo licitatório do transporte coletivo. Em seguida comunica a dinâmica desta audiência pública, e que terá duração de até duas horas, pergunta se há dúvidas quanto à dinâmica, logo após Rodrigues passa a palavra ao excelentíssimo Prefeito Alexandre Lindenmeyer. O prefeito inicialmente cumprimenta a todos os presentes, sauda os participantes da mesa. O prefeito faz uma breve fala sobre o processo de licitatório. Uma vez, que após um longo processo de debate de demandas do Tribunal de Contas, Ministério Público e manifestação da Procuradoria Jurídica, respaldada por 16 itens que se reencaminhava ao possível processo licitatório, compreenderam-se da importância do processo licitatório. Comenta que a atual empresa de Transporte Coletivo opera no município com sistema de permissão. Feito isso entramos com um novo edital com audiências públicas, o qual foi objeto de uma liminar que suspendeu o processo, houve todo um processo de discussão que foi até o segundo grau e nós prefeitura entendemos que a partir da posição do Tribunal de Justiça nós entendemos que seria oportuno nós não recorrermos daquela decisão e revisarmos o edital anterior e lançarmos um novo edital de licitação. O que nós objetivamos neste processo é efetivamente que nos tenhamos no município do Rio Grande um processo licitatório que garanta um novo modelo em termos de Transporte Coletivo, com alternativas de bacias que serão objetos de apresentação neste edital através desta audiência pública e a nossa expectativa é de que possamos superar as



dificuldades e tenhamos um processo licitatório do qual não fique qualquer tipo de dúvida em relação a algum vício no edital ou algum vício no processo.

Então a expectativa é que possamos ter um transporte coletivo de melhor qualidade, que atenda as demandas da nossa comunidade em relação principalmente ao melhor atendimento a população nos horários de pico, pois vemos muitos problemas quanto ao cumprimento de horários e a superlotação, muito embora haja a fiscalização necessária, mas a nossa expectativa é que com o novo processo possamos mudar a situação. Ele agradece novamente a todos os presentes e diz estar esperançoso que em curto espaço de tempo, possam surgir novas propostas, a serem acrescidas no processo licitatório do sistema de transporte. Rodrigues antes de passar a palavra ao Sr Mauri explica a dinâmica das inscrições, a Daniela passará a lista para a inscrição de perguntas para a consultoria durante a fala do Mauri, para que se possa respondê-las logo após a apresentação. Rodrigues passa a palavra ao consultor Mauri Cruz explicando que o mesmo, fará uma breve apresentação do conteúdo que já está na minuta do transporte. Cruz toma a palavra, saudando a todos os presentes, informando que está realizando a segunda audiência pública especificamente sobre o edital de licitação do transporte coletivo, relata que o edital já, este bastante conhecido, devido as outras audiências já realizadas. Menciona que como foi dito pelo Prefeito Alexandre, fará uma apresentação breve sobre a licitação anterior, pois se trata de um documento técnico bastante extenso. Assim, ele informa que fará um resumo das questões mais importantes que estão no edital. Elucida que o foco do edital não é o serviço, fala sobre a implantação do Projeto Binário, relata a forma como serão escolhidas as empresas irão executar os serviços. Conforme, o critério da Lei Municipal, as empresas ganhadoras irão ficar 10 (dez) anos operando os serviços no município. Ele relata que, no dia 28 de agosto de 2014, foi realizada a primeira audiência pública, apresentando as alternativas, e foi feito um diagnóstico, com avaliação de propostas em forma de projetos. A partir desse momento vai ser elaborado o edital definitivo, será realizada a licitação e por último a implantação. Retomando a questão do diagnóstico, ele explica que o mesmo, foi dividido em quatro dimensões. Na dimensão operacional foi identificada a insuficiência da rede de transporte, superlotação de viagens, falta de alternativas de deslocamentos e instauração do sistema viário. Na dimensão econômica comentou sobre o sistema atual como muito rigoroso. Comenta que a concorrência é privada elava os custos. Existindo ainda, a



falta de controle dos dados operacionais, fragilidade na coleta de custos, pressão social, uma vez que, as empresas tem que estar a favor da máxima qualidade com recursos que a população tem condição de pagar. Cruz comenta que hoje se tem pouca estrutura de gestão. E o DATC não cumpre nenhum papel na gestão, faltando o controle com sistema de bilhetagem eletrônica. Quanto aos objetivos para licitação, ele explica a necessidade de reorganizar os meios de transportes, ampliar a confiabilidade da comunidade no serviço de transporte coletivo, melhorar a qualidade da frota (ônibus), criar mecanismos de controle de gestão tarifária visando a redução dos custos e a justa remuneração dos trabalhadores e empresas permissionárias. Fortalecendo a gestão pública, estruturando o órgão gestor, recuperar o papel do DATC para obtenção de apoio à gestão pública. Ele explica ainda que, após esse diagnóstico foi elaborado a minuta do edital, que tem como Base Legal a Constituição. Sendo que a mesma estabelece que transporte público é de competência do município, podendo delegar a terceiros, através da Lei de Licitações. E que o gestor na forma de prefeito é obrigado a seguir as normas. Sendo assim, o prefeito não pode escolher a empresa que quer pagar. Logo, as empresas que vão vencer são aquelas que cumprirem as normas da Lei 8.987, que define regras para as concessões e essas regras são direitos dos concessionários. Cruz comenta que hoje a relação do concessionário com a Prefeitura é uma relação precária. O gestor tem que seguir o contrato, a Lei da mobilidade de 2012 e a Lei municipal 5.602. Com base nesta legislação, ele relata que foi estabelecido o princípio do edital que é o objeto. Com isso, ele explica que essa nova licitação constitui dois lotes de serviços, dividindo se as linhas ao meio. A fim de, ficarem dois lotes mais ou menos equilibrados. Um dos objetivos é não ter a sensação de monopólio privado. Porque, pela lei, o meio de transporte é um monopólio público. Assim, dentro desses lotes está contido toda prestação de serviços, as frotas, as garagens, os motoristas e cobradores. Ou seja, todo o processo de operação. Logo, essa concessão cobre toda parte prática da operação. Ou seja, todos os itens necessários. Além disso, Cruz explica que, essa licitação é por concessão e ela é válida por 10 anos, conforme, o prazo estabelecido pela Lei Municipal 5.602. Ele comenta que, o edital é elaborado não só para Rio Grande, mas para o Brasil inteiro. Cruz descreve em seguida, como são constituídos os dois lotes. Assim, ele descreve que o lote 01 compõe a Bacia Operacional Sul. E, que o mesmo, é composto por 15 linhas, 67 veículos, cerca de aproximadamente, 462 mil quilômetros/mês e 841.610



passageiros/mês. Já o lote 02 trata-se da Bacia Operacional Oeste. E ele terá 18 linhas, 72 veículos, aproximadamente, 327 mil quilômetros/mês e 779.680 passageiros/mês. Assim, os lotes ficaram mais ou menos equilibrados. Cruz comenta que o Edital contemplará duas empresas, com mais ou menos o mesmo tamanho. Mas, só poderão participar dessa licitação pessoas jurídicas que satisfaçam às exigências jurídicas, financeiras, fiscais e de capacidade técnica. Porque, essas são exigências da Lei de Licitações. Sendo somente essas exigências que se pode fazer, não podendo exigir coisas que não estejam na Lei. Logo, a inscrição do ato constitutivo tem que vir demonstrando a Diretoria da Empresa, ou seja, quem são seus sócios, a Declaração de Idoneidade e o Termo de Compromisso de Implantação do Sistema Integrado de Transporte Coletivo. E ainda, o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ). Deverá ainda, possuir regularidade do FGTS, INSS e regularidade perante a Justiça de Trabalho. Ele explica que quanto a Classificação Econômica, a empresa deverá comprovar que não está em concordata e que possui um balanço patrimonial favorável. Isto é, que possui saúde financeira, apresentando Certificado de Capacidade Financeira, com índice superior a zero. Além disso, deverá realizar depósito de 100 mil reais de garantia. Quanto à Classificação Técnica, Cruz explica que a licitante deverá apresentar um atestado de prestação de serviço similar ao de transporte de passageiros, executado em outra época. Ainda, deverá apresentar o Termo de Compromisso de Infraestrutura, ou seja, de que possui garagem e de que possui veículos para assinar o Contrato. Contudo, as empresas deverão apresentar uma proposta para concorrerem à licitação. Sendo assim, a empresa que irá ganhar, deverá ser a que apresentar a menor tarifa em relação à tarifa calculada pelo Edital. E também, a que oferecer um desconto na tarifa. Continuando, Cruz explica que como são duas bacias, irão ocorrer situações em que as tarifas possam ser diferenciadas. Mas, isso não vai alterar a tarifa que o usuário pagará. Logo, a tarifa do usuário vai ser única. Sendo assim, a diferença vai ocorrer na tarifa de remuneração da empresa devido aos descontos ofertados por cada empresa. Logo, a classificação se dará através de pontuações em forma de peso. Ou seja, o peso da tarifa vai ser 70% da pontuação da empresa e o peso de outorga será 30%. Em seguida, Cruz apresenta um exemplo de Quadro de Classificação, que servirá para avaliar a posição de cada empresa. Em ainda, ele apresenta um Equação de Matemática Financeira, a fim de explicar a classificação das empresas de acordo com os números de pontos obtidos.



Após, ele explica que, o valor total desse processo licitatório, deverá ser de dez anos, é o valor será de cerca de 500 milhões de reais. Concluindo o processo licitatório, deverá ser implantado o novo sistema, a fim de melhorar o sistema viário, ampliação das linhas, ampliando o controle público, fortalecendo o princípio de transparência. Além de obtenção de um maior controle no cálculo tarifário, fidelidade dos cálculos operacionais e econômicos, política tarifária mais justa, reestruturação do Órgão de Gestão, recuperação do papel do DATC, fortalecimento do poder de Gestão Pública. Mauri termina sua oratória apresentando o cronograma do processo licitatório. A partir desta audiência será publicado o edital, assim serão recebidas as propostas, julgamento da habilitação das empresas interessadas, seguindo os trâmites do processo licitatório, portanto do ponto de vista do edital era isto, Cruz agradece.

Rodrigues toma à palavra solicitando a Daniela que comece o processo de questionamento a consultoria conforme foi disponibilizado inscrições à comunidade. Rodrigues solicita que se encaminhem a frente para responder aos questionamentos o Sr Ademir Casartelli, o Sr Daniel Silva secretário de Mobilidade Urbana e a Sra. Gilmara representando a Procuradoria Jurídica do Município. Ele informa os participantes, que são eles: Luis Adelar advogado, Vereador Charles Saraiva, Silvio Torrada morador do Bairro Parque Marinha, Vereador Flavio Santos, Enoc Guimarães, Luciano Lobato do Bairro São João, Fernando do bairro Buchholz, Daniela De Bem jornalista e Leandro Luiz do bairro Humaitá, são essas as pessoas inscritas, informa o modo de participação das manifestações. Explica então, que deverão ocorrer primeiro todas as perguntas e logo após serão passadas para a mesa para as respostas, informa que o microfone irá até o inscrito e que o tempo para a pergunta deverá ser de 3 minutos no máximo 5 minutos para que se possa responder a todos. Começa as manifestações com o sr. Luiz Adelar, que toma a palavra cumprimentando a todos, informando que ele é advogado da empresa de transporte coletivo, relata que já está a mais de 20 anos neste setor e gostaria de fazer uma observação e ao mesmo tempo a sua pergunta, houve uma colocação feita pelo Sr. Mauri Cruz, que hoje o sistema ele termina ocorrendo uma concorrência entre as duas operadoras em vários trechos e em varias linhas e foi colocado pelo sr. Cruz que o sistema proposto iria interromper esta atividade de concorrência, gostaria de fazer a seguinte pergunta , duas bacias operacionais em uma cidade que tem uma forma de península onde varias linhas terão de circular



pelo mesmo trajeto, onde ao seu ponto de vista ira continuar com os mesmos problemas de hoje de concorrência que existe. Outra duvida seria sobre as câmeras de monitoramento, hoje o município de rio grande está em um processo de compras das câmeras para os ônibus, essas câmeras compradas serão utilizadas no sistema licitado?

Passada a palavra ao vereador Charles Saraiva, o vereador elenca que é Presidente da Comissão de Obras de Infraestrutura e Transporte, Serviços Públicos, Agricultura, Pesca e Meio Ambiente. Questiona a realização de somente uma audiência pública, para tratar do transporte coletivo, gostaria de que se realizassem audiências nos bairros da cidade para que a comunidade possa participar, falando sobre a importância disto, visto que, são os que mais utilizam do serviço de transporte coletivo diariamente. Relata também que a audiência está sendo realizada em período de férias escolares e os estudantes que são os que mais utilizam do serviço, não estão participando deste ato. O vereador faz outra colocação em relação a tarifa, a quanto irá a tarifa do transporte coletivo? Refere-se em relação a outros municípios já estarem fazendo sem outorga, que acaba descarregando na tarifa, relata que hoje estamos com uma tarifa de R\$3,30, tarifa que foi dada a poucos dias antes desta audiência pública. O vereador pergunta a quanto ira a tarifa com está nova licitação do transporte coletivo. Comentou ainda que, levara a câmara de vereadores sua intenção de realizar reuniões ou mesmo audiências nos bairros para a comunidade ausente nesta, alegando que estes são os que realmente usam do serviço e não estão presentes no dia de hoje. Fala novamente de sua preocupação quanto ao valor da tarifa. Rodrigues passa a palavra para o sr. Silvio Torrada, falando sobre as diversas audiências e reuniões com o mesmo assunto e que nota que poucas coisas foram realizadas durante este tempo, fala com a questão do ar-condicionado nos ônibus que não vê necessidade, porque aumentaria a tarifa, sua preocupação é com relação aos horários e superlotações, fala ainda sobre a empresa sempre apresentar seus gastos querendo levar vantagens. Fala sobre a fiscalização que acha que deveria ser mais intensa, relatou que o sistema de gps para os usuários o CittaMob não está funcionando questiona quem irá punir a empresa pelo descaso. Rodrigues passa a palavra ao vereador Flavio Santos, que cumprimenta a todos e em seguida relata que não encontrou no edital algo que se refira ao interior do município com exceção da vila da Quinta, ele diz que se preocupa muito com os moradores das localidades do



interior que viajam por muito tempo em coletivos sem as mínimas condições de conforto e de direito de um transporte de qualidade, fala sobre os horários para essas localidades distantes que são poucos, fala da necessidade de ônibus com bagageiro para os moradores de lá visto que demoram muito tempo para o deslocamento até a cidade. Rodrigues agradece o vereador passando a palavra ao Sr. Enoc Guimaraes que deseja um boa noite a todos e fala que chamou sua atenção foi a questão sobre a reativação do DATC, diz que para realização disto é necessário mudar a lei municipal antes do lançamento do novo edital. Fala ainda sobre a compra das câmeras de monitoramento, compra esta feita com verba publica que irá ser usado em uma empresa privada, ele acha isto complexamente jurídico. Fala sobre o custo de o transporte possuir ar-condicionado, afirmando que o custo disto irá refletir na tarifa. Rodrigues toma a palavra passando ao Luciano Lobato que fala sobre a renovação, que diz no edital que são de 10 anos, questiona por quanto tempo e quantas vezes, e quais os critérios para renovação. Sobre o calculo tarifário para o interior, para zona rural e para as ilhas que hoje a tarifa é diferente e gostaria de discutir isto por hoje não consta no edital sobre tal assunto, fala da importância destas linhas para o município. Sobre as reuniões nos bairros, fala da imensa importância desta. Fala que a comunidade precisa de um tranposte coletivo justo e eficiente seja ele se for com ar-condicionado ou com câmeras mas que seja de qualidade. Sobre o DATC, Luciano defende ao contrario do que foi proposto, sendo assim que o controle seja de setor publico, alegando que quando a tarifa fica na mão da empresa e ela aplica onde bem entende os recursos não é a coletividade quem goza dos beneficios disso, então quer que os créditos tarifários e toda a gestão financeira seja do poder publico com controle social efetivo, agradece o espaço e se despede. Rodrigues toma a palavra passando para Fernando, faz sua manifestação explicando que os ônibus precisam ter acessibilidade, não apenas para cadeirantes, mas para todas as pessoas que possuem necessidades especiais, relatando os problemas diários enfrentados pela comunidade, além disso, ele mostra-se preocupado com as janelas lacradas. Pois, não teriam como identificar, dentro dos coletivos, as pessoas doentes, das demais. Passada a palavra ao Leandro Luiz, o mesmo fala sobre o problema do transito enfrentado diariamente por conta do problema viário do município, e fala sobre o transporte alternativo como a bicicleta, fala sobre a ideia de os coletivos terem suportes para bicicletas. Rodrigues toma a palavra encerrando a primeira etapa de perguntas, passando assim a palavra



ao Sr. Mauri para as respostas quanto aos questionamentos do público. Mauri começa respondendo começando a falar sobre a concorrência falando que as respostas se articulam, que o sistema tem uma lógica. A lei de mobilidade ela alterou a relação tarifa-remuneração das empresas, hoje há duas tarifas, a tarifa publica que é paga pelo usuário e a tarifa de remuneração que é a da empresa. Logo em seguida começa uma manifestação feita pelos estudantes presentes na audiência, os mesmos falam sobre a uso da inflação como desculpa para o aumento da tarifa do transporte urbano, logo após Cruz continua sua fala comentando de como será feito o processo licitatório, afirma que a tarifa do edital não será maior que 3,30, a empresa vencedora de cada bacia deverá apresentar o valor tarifário menor do que o atual. Aborda o tema ar-condicionado, relatando que após recebida a demanda da comunidade foi incluída no edital. Sobre empresas que operaram o serviço de transporte coletivo, Cruz afirma a intenção é a melhora do serviço e que as empresas interessadas, com melhor qualidade para todos. É questionado se terá segunda rodada de perguntas e Mauri se coloca a disposição no final para todas as dúvidas do público. Fala sobre o passe-livre, que a receita é uma conta pública, e que esta conta publica poderá receber dinheiro público. Segundo a lei federal de mobilidade. Levanta a questão do acesso a bicicleta aos veículos que será colocado no edital. Em seguida Mauri passa a palavra ao Paulo Rodrigues onde é perguntado ao público se há mais perguntas a fazer, o vereador Charles Saraiva se manifesta e logo o vereador Flavio Santos. Saraiva questiona sobre o valor da tarifa com o que foi proposto para o novo edital, alegando melhorias como ar-condicionado, ocasionando assim um aumento de tarifa, ele afirma que as melhorias farão com que a tarifa aumente consequentemente. Ele discorda que o valor tarifário será menor. Ele volta a falar sobre audiências públicas nos bairros, solicita estudo técnico sobre o aumento da tarifa, encerra suas colocações e agradece. Passada a palavra ao Flavio Santos que pergunta se vão fazer uma terceira bacia para o interior juntamente com o Parque Marinha, diz que a consultoria está equivocada quanto a isso, logo encerra sua pergunta. Fernando pede a palavra de novo pois diz que não foi contemplada sua resposta, dizendo que não há acesso a comunidade quanto ao modelo de transporte e estudo de tarifa. Mauri toma a palavra respondendo aos inscritos, dizendo que a tarifa terá um valor teto para cada bacia, a empresa que apresentar uma tarifa maior estará desclassificada, não irá participar da licitação, afirmando novamente que a tarifa não será mais do que 3,30, sobre a questão do

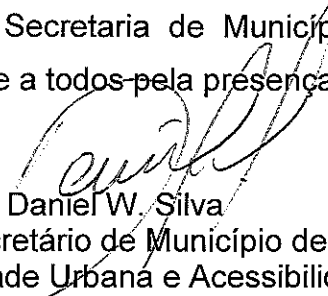


Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Secretaria de Município de Mobilidade Urbana e Acessibilidade



DÉCADA DE AÇÃO
pela segurança no trânsito

custo tarifário, informa que há um estudo tarifário de equilíbrio econômico. Falando que o valor da tarifa hoje é viável, pois se não o edital seria impugnado. Explica que a lógica não é mudar a empresa que presta serviço hoje na cidade e sim mudar o modelo de serviço prestado, para que o poder público tenha mais controle sobre o serviço. Mauri encerra sua fala dizendo que está a disposição para todo e qualquer esclarecimento e outras reuniões com a comunidade. Rodrigues passa a palavra ao Secretário Daniel Silva agradece a presença de todos, fala que a audiência é justamente para o diálogo com a população e que está também a disposição para todo e qualquer esclarecimento, sugestões e reclamações, através do site ou em visita a Secretaria de Município de Mobilidade Urbana e Acessibilidade. Daniel agradece a todos pela presença. A audiência é encerrada.


Daniel W. Silva
Secretário de Município de
Mobilidade Urbana e Acessibilidade

Mauri Cruz
Consultor técnico
Instituto IDHES